



MERCOSUL/RAADH/CPECDH/ATA N° 02/10

REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

Realizou-se na cidade de Brasília, no dia 18 de outubro de 2010, a Reunião da Comissão Permanente Educação e Cultura em Direitos Humanos, como parte da XVIII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados, com a presença das delegações da República Federativa do Brasil e República do Paraguai.

A lista das Delegações participantes figura como anexo I da presente ata.

O representante da delegação do Brasil, Coordenador Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sr. Fábio dos Santos, deu as boas vindas a todas as delegações e solicitou que todos se apresentassem.

A agenda da reunião foi lida e aprovada, figurando como anexo II da presente ata.

Em continuação, procedeu-se ao tratamento dos assuntos propostos na agenda, a saber:

I. Apresentação dos informes nacionais, com apresentação dos avanços dos planos nacionais de educação em Direitos Humanos.

O coordenador do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Solón Viola, apresentou o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), criado em 2003, ainda no primeiro semestre do Governo Lula, com a finalidade de construir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em parceria com a sociedade civil. Durante seis meses, os componentes do Comitê fizeram a construção da primeira versão do Plano, que, no final de 2003, e, no início de 2004, foi revisada com toda a sociedade brasileira.

A partir do Plano foram criados comitês estaduais de educação em Direitos Humanos (DH). Algumas universidades construíram linhas de pesquisas em DH e algumas estão desenvolvendo pós-graduação específica na área de DH, com mestrado e doutorado. O Comitê insiste em aproximar o tema dos DH com a educação não-formal. O governo tem feito um esforço muito grande junto ao Ministério da Justiça para levar à área de segurança o tema DH nas capacitações, especialmente na polícia civil e militar. Foram conquistados avanços junto à mídia (pequenas rádios comunitárias, espaços de TVs universitárias etc.) com a inserção do tema DH, mas ainda há muita dificuldade junto à grande mídia. Também são realizados cursos para professores e militantes da sociedade civil em relação aos temas dos direitos humanos.



A coordenadora de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Educação do Brasil, Rosiléa Wille, acrescentou que na SECAD/MEC alguns temas dos DH fazem parte da CGEDH. Destacou que o tema DH e educação é um tema novo que ainda não se consegue visualizar o impacto que isso tem no futuro. Para o governo brasileiro há um desafio em trabalhar os Direitos Humanos em uma perspectiva transversal, mas, as ações são desenvolvidas embasadas no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. Foram apresentados os seguintes projetos e programas da CGEDH: Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas; Gênero e Diversidade na Escola; Programa Educação em Direitos Humanos; Projeto Escola que Protege e Programa Ética e Cidadania. O Brasil também tem apoiado projetos de formação de profissionais da educação, a elaboração de materiais didáticos e projetos de intervenção para gênero e diversidade sexual.

Também foram apresentadas as seguintes publicações: “caderno temático SECAD 4”, que trabalha o tema gênero e “Olhares feministas”, composto por artigos diversos.

Além de fazer formação presencial o MEC criou o programa Universidade Aberta no Brasil para trabalhar com educação à distancia.

Em 2010 o Brasil está desenvolvendo um curso de especialização sobre os temas do Projeto Escola que Protege. Além disso, elabora um guia escolar com métodos para identificação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Diretor Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação do Paraguai, Arnaldo Gutierrez, agradeceu pela apresentação dos demais, se sentiu surpreendido com tanto volume de trabalho realizado pelo Brasil e parabenizou com o desejo que estas experiências também cheguem aos outros países.

Sobre as ações do Ministério de Educação e Cultura do Paraguai, foi apresentada a estrutura que abarca as questões dos Direitos Humanos: A educação em DH está dentro do Ministério de culto, que acolhe a proteção e a diversidade religiosa.

O representante do Paraguai trouxe para o debate o uso dos termos “educação em Direitos Humanos”, “para Direitos Humanos” e “sobre Direitos Humanos”. Observou-se que a Educação em direitos Humanos não se trata de uma disciplina, uma visão vertical e sim uma cultura. Ela está em todas as partes e deve ser vista de maneira ampla. Mas vimos que o problema não está apenas no conteúdo, mas também na base, nos métodos.

Sr. Gutierrez apresentou os pontos de ação do Ministério da Educação Paraguai, tais como: elaboração de um documento base denominado Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos (o país está em processo de consulta a sociedade e organizações para a elaboração do referido documento); realização de três seminários internacionais de Direitos Humanos, com os temas “educação de valores”, “políticas reparatórias” e “educação em direitos humanos”.

Outras atividades desenvolvidas pela Diretoria de Direitos Humanos do Ministério da Educação paraguaio em parceria com a sociedade civil são: a difusão das recomendações e conclusões do informe final da Comissão de Verdade e Justiça e o seminário sobre políticas reparatórias.

Além disso, a Diretoria de Direitos Humanos do Ministério da Educação paraguaio promove oficinas dirigidas a docentes e estudantes e sociedade civil sobre educação

6

Gutierrez



em direitos humanos. Já foram realizadas três oficinas e estão previstas mais cinco. O material base utilizado para tais oficinas é chamado "autoritarismo na história recente do Paraguai", entregue aos participantes da última RAADH.

Mostrou-se o formato de trabalho com a realização de seminários seguidos de oficinas de trabalho para aprofundamento dos debates nos temas.

Também estão sendo desenvolvidas experiências piloto para o trabalho de cursos técnicos superiores com ênfase em direitos Humanos.

Em Bañado sul, região socialmente vulnerável do Paraguai, foi necessário apoio da Diretoria de Direitos Humanos do Ministério da Educação paraguaio, que propõe, a partir das demandas da população, os seguintes trabalhos de formação: enfermagem, educação física, confecção e industrial e curso básico de informática.

O representante da UNESCO, Fábio Eon, destacou que apesar de sermos países diferentes emergimos para o mesmo ideal. Solicitou ao Sr. Gutierrez que falasse um pouco da tônica do documento base que está sendo elaborado pelo Paraguai.

Gutierrez afirmou que o documento busca um caminho que apóie os DH e que some as forças das diferentes instancias de DH que atualmente estão dispersas, trabalhando separadamente. No Paraguai apenas o poder executivo está debruçado nesse tema. O país também pretende trazer o tema DH para o currículo oficial, que atualmente existe como matéria optativa.

A Diretoria de Direitos Humanos do Ministério da Educação paraguaio trabalha com oficinas vivenciais para debater o tema Direitos Humanos, buscando romper o modelo tradicional de aprendizagem.

O representante da UNESCO, Fábio Eon, apresentou a UNESCO, um organismo internacional que tem 193 países membros e em virtude de representar países tão diversos, nunca elaborou um documento norteador de Educação em Direitos Humanos, com vista a respeitar essa diversidade local. No Brasil a UNESCO trabalha em duas frentes: uma com o governo brasileiro para popularizar os temas educação em DH e pessoas com deficiência. A outra frente é o fortalecimento de cátedras que abordem a temática DH para fomentar pesquisas e produção de conteúdos especializados em Educação em Direitos Humanos.

II. Proposta dos encontros regionais com universidades

No tocante a proposta apresentada na última reunião da RAADH para realização de encontros regionais promovidos em parceria com as universidades, propõe-se que a realização dos encontros sejam pautados no marco da segunda fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos.

III. Apresentação da Plataforma Virtual

Seguiu-se o debate da pauta, porém foi-se direito para o ponto de apresentação da Plataforma Virtual elaborada pelo Brasil. A Comissão Permanente de Educação e Cultura em Direitos Humanos possui uma área reservada para acesso aos arquivos da RAADH. Foi proposto que cada país possua uma pasta disponibilizando todos os documentos produzidos acerca dos Direitos Humanos pelos países membros. Para



tanto será necessário que os países membros enviem os documentos para o e-mail da relatora da Comissão, Sra. Milena Rêgo, no seguinte endereço: milena.rego@sedh.gov.br.

IV. Identificação de novos desafios e perspectivas de avanços

Desafios:

- Foi proposto e aprovado que na próxima reunião da RAADH sejam apresentadas as contribuições dos países nas áreas de:
 - 1) formação dos professores, tanto inicial quanto continuada;
 - 2) orientações curriculares dos países, ou seja, as orientações encaminhadas aos sistemas de ensino para estruturação dos currículos;
 - 3) Produção de material.

- Foi proposto e aprovado que os países socializem na próxima reunião da RAADH o relatório das respostas dadas acerca da implementação da primeira fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos

- Foi proposto e aprovado que os países apresentem na próxima reunião da RAADH suas propostas de implementação da segunda fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos

- Foi sugerido e aprovado pelos presentes que a Plataforma Virtual saia da Página da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil e migre para o site do Mercosul, de forma a garantir a institucionalização desse espaço. Além disso, recomenda-se que se tenha um cuidado com a questão da segurança nessa plataforma. As delegações presentes se comprometeram a serem os pontos focais nos países que representam.

- Na última reunião d RAADH foi sugerida a realização de encontros regionais com universidades para debate acerca do tema dos Direitos Humanos. Propõe-se que os encontros sejam pautados no marco da segunda fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e a comissão permanente de Educação e Cultura compromete-se a apoiar e fomentar eventos dessa natureza.

O coordenador da Comissão Permanente, Fábio dos Santos, encerrou os trabalhos e pediu assinatura da ata.

Pela República Federativa
do Brasil

Pela República do Paraguai